

SEGURO DEFESO: DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELO PROGRAMA*

André Gambier Campos

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.
E-mail: <andre.campos@ipea.gov.br>.

José Valente Chaves

Técnico de Desenvolvimento e Administração da Disoc do Ipea. E-mail: <jose.valente@ipea.gov.br>.

Este texto realiza um diagnóstico do Programa Seguro Defeso (SD), que surgiu no início dos anos 1990, na esteira da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Tal programa consiste em uma extensão do Seguro-Desemprego, dedicada a um trabalhador específico: o pescador com perfil artesanal. E, além de estar voltado a este pescador, o SD também se encontra focado na preservação de várias espécies do ecossistema brasileiro.

O SD situa-se na confluência das políticas sociais e ambientais. Por um lado, ele ampara os pescadores artesanais impedidos de subsistir com seu trabalho, durante certo período do ano – o chamado período de “defeso”. Por outro, oferece alguma proteção às espécies marinhas, fluviais e lacustres, que integram o ecossistema de várias partes do país.

A despeito da relevância de seus papéis sociais e ambientais, o SD defronta-se hoje com diversos problemas, que ganham destaque até mesmo na imprensa cotidiana. Em particular, problemas relacionados ao fato de direcionar-se a grupos que, aparentemente, não são pescadores artesanais – ou sequer pescadores.

Este texto disponibiliza informações sobre as discrepâncias entre os números de pescadores artesanais e beneficiários do SD – que fazem com que o programa contemple grupos que, ao que tudo indica, não deveria. Ademais, oferece informações sobre os valores envolvidos em tais discrepâncias, em termos de recursos orçamentários vinculados ao programa.

Essas discrepâncias abrem uma possibilidade de descaracterização do SD. Isto se evidencia, por exemplo,

em 2010, quando 584,7 mil indivíduos beneficiaram-se deste programa, contra 275,1 mil que poderiam tê-lo efetivamente feito – dado que eram pescadores artesanais –, resultando em uma diferença de 309,6 mil indivíduos.

Verifica-se assim uma espécie de sobrecusto orçamentário – algo que o programa não precisaria contabilizar caso lidasse com o “esperado” número de pescadores artesanais. Em 2010, para todo o Brasil, o valor foi estimado em R\$ 638,4 milhões – em moeda de julho desse ano – ou em R\$ 767,2 milhões – em moeda de setembro de 2013.

Todos esses problemas, associados às discrepâncias antes mencionadas, significam uma possibilidade real de descaracterização do programa. E, diante dos vários méritos do programa, não só sociais, mas também ambientais, isto certamente não é algo desejável.

SUMÁRIO EXECUTIVO

* Os autores agradecem a colaboração de Carlos Henrique Leite Corseuil, Fábio Monteiro Vaz, Gabriel Lopes de Ulyseia, Herton Ellery Araújo e Marcelo Abi-Ramia Caetano, do Ipea; Márcio Alves Borges, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Bárbara Almeida, Clemeson Pinheiro da Silva, Humberto Gomes Hazin, Sérgio Gomes de Mattos e Vladimir Formiga, do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); Allysson Silva Paulista, Fábio Granja e Barros, Ronaldo Quintanilha da Silva e Teônio Wellington Martins, do Tribunal de Contas da União (TCU).